



São Paulo, 17 de setembro de 2020

NOTA DAS CENTRAIS

Campanha Nacional

Pela manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro

É bom para o povo, para a economia e para o Brasil

As Centrais Sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, CGTB, Intersindical, CSP-Conlutas, Intersindical Instrumento de Luta e Pública, seus sindicatos e entidades, lançam mobilização nacional para conclamar o Congresso Nacional a votar a MP 1000 e restituir o valor de R\$ 600 para o Auxílio Emergencial (R\$ 1.200 para mãe chefe de família).

Essa iniciativa fundamental depende, inicialmente, da decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, de encaminhar o processo legislativo e pautar a votação.

A Medida Provisória 1000 corta o auxílio emergencial pela metade, reduzindo-o a R\$ 300, restringindo ainda mais a capacidade de milhões de famílias brasileiras enfrentarem as consequências da crise sanitária causada pela pandemia do Coronavírus, em especial o desemprego e a perda de renda do trabalho. A redução do auxílio compromete gravemente a capacidade de as famílias garantirem alimentação, moradia, transporte e outros bens de consumo básicos.

O auxílio emergencial de R\$ 600,00 garantiu o consumo básico de mais de 60 milhões de pessoas, ajudou a mais de 66 milhões de trabalhadores e trabalhadoras informais, fomentou a atividade nas empresas e protegeu milhões de empregos, fazendo a roda da economia girar, impedindo, assim, que uma crise econômica ainda maior se instalasse no país. Mais de R\$ 320 bilhões mobilizados para financiar esse auxílio teve um impacto positivo na massa de rendimentos das famílias que, transformada em consumo, foi capaz de sustentar mais de 2% do PIB brasileiro em 2020.

Sairemos dessa grave crise sanitária e econômica se formos ousados e tivermos capacidade efetiva de atuar juntos. Cabe ao governo federal articular e coordenar os esforços de enfrentamento da crise sanitária, contudo, o governo atua no sentido contrário, o que significa milhares de vidas perdidas por Covid-19, mortes que poderiam ter sido evitadas.

Cabe ao governo mobilizar os recursos públicos, com impostos progressivos e taxando os ricos, para garantir renda básica para todos que necessitem, bem como mobilizar investimentos à retomada das milhares de obras paradas, para

a expansão da nossa infraestrutura econômica e social, orientando para um desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável, justo e solidário.

Convidamos as organizações, entidades e movimentos para que façamos um grande esforço de articulação das nossas iniciativas. Conclamamos parlamentares e partidos para um amplo diálogo social compromissado com a nação brasileira, com o desenvolvimento econômico sustentável, com a justiça social, diálogo esse que deve agora materializar-se na manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro.

Assinam:

Sérgio Nobre

Presidente da CUT - Central Única dos Trabalhadores

Miguel Torres

Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah

Presidente da UGT - União Geral dos Trabalhadores

Adilson Araújo

Presidente da CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

José Calixto Ramos

Presidente da NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores

Alvaro Egea

Secretário Geral da CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros

Joaninha de Oliveira

Secretaria Executiva Nacional da CSP - Conlutas

Ubiraci Dantas Oliveira

Presidente da CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

Nilza Pereira de Almeida

Secretaria de Finanças - Intersindical - Central da Classe Trabalhadora

Emanuel Melato

Coordenação da Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora

José Gozze

Presidente - Pública Central do Servidor